

**ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE Nº 264/2018 REALIZADA NO DIA 25 DE JULHO DE 2018 NO AUDITÓRIO EVARISTO GARCIA LOCALIZADO NA AVENIDA AFONSO PENA, 2336 – FUNCIONARIOS.**

1 Ao vigésimo quinto dia do mês de julho de dois mil e dezoito, às 14h, no  
2 Auditório Conselheiro Evaristo Garcia - Av. Afonso Pena, 2336, Pilotis –  
3 Funcionários, foi realizada a ducentésima sexagésima quarta reunião ordinária  
4 do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com as presenças  
5 constantes ao final desta ata. O Conselheiro Municipal e presidente do  
6 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Bruno Abreu Gomes, abriu a  
7 264ª Plenária Ordinária com a exibição de um vídeo em homenagem ao  
8 Conselheiro Municipal Valdir de Matos Lima, que faleceu no mês passado.  
9 Bruno convoca a todos os presentes para rezarem o “Pai Nosso”. Maria das  
10 Graças do Nascimento cantou a música “Nossa canção” de Roberto Carlos, em  
11 uma versão também em homenagem ao ex-conselheiro. Bruno abriu para os  
12 informes gerais para os presentes que quiserem se manifestar. O Conselheiro  
13 Municipal Jadir Martins pontuou uma correção sobre a data da Câmara Técnica  
14 de Gestão da Força do Trabalho constante na programação desta Plenária. Ele  
15 também passa uma mensagem para a convivência humana entre todos nós.  
16 Mariane, representante da ABRALE no Conselho Estadual de Saúde de Minas  
17 gerais, convida para o Congresso Todos Juntos Contra o Câncer, em São  
18 Paulo, que teve quase três mil participantes em sua última edição. Ela  
19 menciona que existe a possibilidade de isenção das inscrições para os  
20 interessados. Mariane também faz um convite para participação no Fórum (em  
21 minas). Bruno relembra que em agosto terá reunião da Câmara Técnica de  
22 Controle, Avaliação e Municipalização com a ABRALE. O Conselheiro  
23 Municipal Salvador Alves Teixeira pontua que não poderá participar da reunião  
24 conjunta dessa semana da Câmara Técnica. A Conselheira Municipal Maria  
25 Aparecida Rodrigues traz os informes da Audiência Pública que aconteceu na  
26 Câmara Municipal sobre o Relatório Nacional nas Comunidades Terapêuticas.  
27 Ela pontua que muitos defensores dessas comunidades estavam presentes na  
28 audiência, fazendo com que as discussões tenham sido bastante intensas. Ela  
29 defende a maior atenção dos Conselheiros para as questões sobre as  
30 comunidades terapêuticas. A Conselheira Maria das Graças do Nascimento  
31 pontua que está faltando Cálcio nas farmácias de Belo Horizonte há três

32 meses. Ela pontua que as Eleições no Centro de Saúde Providência  
33 (confirmar) não ocorreram de forma correta, porque houve interferências na  
34 autonomia e nos direitos dos usuários. Maria ainda recita uma poesia. A  
35 Conselheira Municipal Simone Veloso relembra que essa semana é a semana  
36 de prevenção de hepatites, pedindo aos Conselheiros que ajudem a divulgar e  
37 que devem ir ao Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) se quiserem o  
38 atendimento para diagnóstico dessas doenças. Simone pede um minuto de  
39 silêncio pela servidora Juliana que faleceu recentemente. O Conselheiro  
40 Municipal William Sá, usuário que hoje substitui a Conselheira Municipal e  
41 secretária-geral Maria da Gloria Abido Capistrano na mesa, informa que o filho  
42 dele ficou internado por três meses por ter tido pneumonia e cirrose, mas que  
43 conseguiu evoluir positivamente e está em um estado melhor. Bruno Abreu  
44 Gomes relembra que o processo eleitoral das Comissões Locais já se iniciou e  
45 que em breve trará o balanço final desse processo. Ele ainda pontua que a  
46 próxima Plenária do Conselho Municipal de Saúde seja no dia dois de agosto  
47 de dois mil e dezoito, em uma quinta-feira, para tratar sobre a problemática  
48 sobre as regras das votações do processo eleitoral. Bruno relembra que  
49 amanhã começa o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (ABRASCÃO) e  
50 que alguns Conselheiros irão representando Belo Horizonte. Bruno passa à  
51 leitura da pauta do dia: a) aprovação das atas 260ª plenária ordinária e 261ª  
52 plenária ordinária; b) representação dos usuários de Conselhos Distritais de  
53 Saúde no Conselho Municipal de Saúde; c) Pacto interfederativo 2018-2021. A  
54 pauta foi colocada em regime de votação foi aprovada por unanimidade.  
55 Passa-se então à pauta três que é a aprovação das atas da 260ª e 261ª  
56 Plenárias Ordinárias. Bruno coloca as atas referidas em votação, que são  
57 aprovadas por unanimidade. A Livia Moraes Torres, assessora de  
58 planejamento e ações setoriais, apresenta o Pacto Interfederativo de 2018-  
59 2021, pontuando os indicadores universais, definidos nas Comissões de  
60 Intergestores Tripartites, que são encaminhados para os municípios para que  
61 eles decidam seus pacotes de metas. Ela traz a resolução CIT que trata do  
62 Pacto Interfederativo, para sinalizar a importância do instrumento. Livia reforça  
63 que cada município decide suas metas anualmente. No pacto existem vinte e  
64 três indicadores, sendo que onze já constam no plano municipal de saúde de  
65 2018-2021, dois constam no Plano Plurianual de Ações Governamentais

66 (PPAG) 2018-2021 e doze não constam em outras pactuações. Lívia apresenta  
67 primeiro os indicadores que já estão pactuados no PMS e PPAG que são:  
68 Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI)  
69 encerrados em até 60 dias após notificação; Proporção de cura dos casos  
70 novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes; Número de casos  
71 novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade; Número de casos  
72 novos de aids em menores de 5 anos; Proporção de análises realizadas em  
73 amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes  
74 totais, cloro residual livre e turbidez; Razão de exames citopatológicos do colo  
75 do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado  
76 local e a população da mesma faixa etária; Razão de exames de mamografia  
77 de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população  
78 residente de determinado local e população da mesma faixa etária; Proporção  
79 de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos; Taxa de  
80 mortalidade infantil; Número de óbitos maternos em determinado período e  
81 local de residência; Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de  
82 Saúde do Programa Bolsa Família (PBF); Cobertura populacional estimada de  
83 saúde bucal na atenção básica; Número de ciclos que atingiram mínimo de  
84 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue. Ela  
85 passa aos indicadores que ainda não estão pactuados, mas que já foram  
86 discutidos nas reuniões da CTCAM: O primeiro indicador é a mortalidade  
87 prematura, que é diferente do que o Ministério da Saúde propõe por ter uma  
88 base de cálculo diferente. A SMSA utiliza uma metodologia de cálculo  
89 padronizado pela idade, dando resultados diferentes; O segundo indicador é  
90 proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.  
91 Na apresentação, o índice vai subindo de 80% em 2018 para 90% em 2021; No  
92 item 4 (quatro), Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de  
93 Vacinação para crianças menores de dois anos de idade, Lívia diz que nem  
94 sempre conseguem as informações das clínicas privadas, o que afeta os  
95 indicadores municipais; Jaqueline Camilo de Sousa, da Gerência de Vigilância  
96 Epidemiológica e Promoção da Saúde, complementa que, se esse indicador  
97 (vacinas) fosse mantido no PMS, a Secretaria Municipal de Saúde não  
98 conseguiria alcançá-lo, por essa dificuldade em relação ao setor privado; No  
99 item 13, Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na saúde

100 complementar, Livia diz que é complexo atingir altos índices por não ter  
101 governança sobre o setor privado; A Cobertura populacional estimada pelas  
102 equipes de atenção básica, que contempla as equipes de atenção básica e de  
103 apoio, que inclusive o objetivo é ampliar; Percentual de ações de vigilância  
104 sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano; Ações de  
105 matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de atenção  
106 básica; Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de  
107 agravos relacionados ao trabalho. A Conselheira Municipal Ângela Eulália dos  
108 Santos, coordenadora da Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho,  
109 passa à leitura do parecer das Câmaras Técnicas de Controle, Avaliação e  
110 Municipalização e Gestão da Força do Trabalho: Parecer das Câmaras  
111 Técnicas de Gestão da Força do Trabalho e Controle, Avaliação e  
112 Municipalização n.º 207 / 2018. Belo Horizonte, 05 de Julho de 2018. No dia  
113 05/07/2018 os membros das Câmaras Técnicas de Gestão da Força do  
114 Trabalho e Controle, Avaliação e Municipalização reuniram-se na sala do  
115 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMS-BH), situada à Av.  
116 Afonso Pena, 2336 – Pilotis – Funcionários, BH/MG, para conhecimento,  
117 discussão e avaliação das metas 2018-2021 do Pacto Interfederativo. Os  
118 membros presentes após várias pontuações e questionamentos, prontamente  
119 esclarecidos pelos representantes da Gestão Jaqueline Camilo de Sousa, Livia  
120 Moraes Tores e Felipe Alcântara Braga, entendem que as metas propostas  
121 estão adequadas para o Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte assim os  
122 presentes das Câmaras Técnicas recomendam ao Plenário do Conselho  
123 Municipal de Saúde de Belo Horizonte a aprovação destas metas 2018-2021  
124 do Pacto Interfederativo. A Conselheira Municipal e Primeira Secretária do  
125 CMSBH, Carla Anunciatta de Carvalho, parabeniza a assessora Livia pela  
126 relação e coloca que os segmentos trabalham em parceria, fiscalizando as  
127 atividades que a gestão executa. Ela reforça a normalidade dos  
128 questionamentos entre os conselheiros, mas que deva sempre ser mantido a  
129 educação e o respeito. Carla indaga sobre a mortalidade materna, lembrando  
130 que em 2017 aconteceram cinco mortes maternas e que, em 2018, já  
131 ocorreram cerca de quatorze óbitos. Ela convida Livia para participar da  
132 Comissão Perinatal. O médico Carlos Eduardo fala que a Secretaria Municipal  
133 de Saúde tem usado os mesmos indicadores desde muito tempo e que esses

134 indicadores podem não estar trazendo as informações realmente necessárias.  
135 Ele pontua alguns outros indicadores que precisam existir para evoluir nos  
136 indicadores de qualidade em saúde. Carlos Eduardo pontua que os pareceres  
137 das câmaras técnicas deviam citar os pontos que foram discutidos nas  
138 reuniões, para ficar mais claro para os Conselheiros na Plenária. A conselheira  
139 municipal e coordenadora da câmara técnica de financiamento, Eliane Pereira  
140 dos Santos, informou que fizeram a gestão clínica dos pacientes com diabetes  
141 do seu centro de saúde e que os indicadores vão norteando sobre como será o  
142 desenvolvimento dos trabalhos de cuidado em saúde e a melhor prestação dos  
143 serviços no SUSBH. Ela relembra a multidisciplinaridade dos Núcleos Ampliado  
144 de Saúde da Família, em que os profissionais estão mais próximos da  
145 população, mas que é preciso aumentar esse serviço. O conselheiro municipal  
146 Jadir Martins sugere para a gestão que participe da Comissão Perinatal para  
147 que haja mais troca de experiências e que ambos cresçam. Ele reforça que a  
148 mudança causa medo às pessoas, mas que precisamos ser ativos para que  
149 consigamos evoluir. Ângela Eulália, conselheira municipal de saúde, esclarece  
150 que vários questionamentos foram colocados durante as reuniões em que foi  
151 discutido o pacto Interfederativo e que foi solicitado que fosse incluídos alguns  
152 pontos no PAS 2019 e no PMS 2018-2021. Porém, ela lamenta o esvaziamento  
153 das reuniões e que essa nova gestão herdou alguns problemas da gestão do  
154 Lacerda. Maria das Graças do Nascimento informa que hoje comemora setenta  
155 anos e indaga sobre as causas para o aumento da mortalidade infantil. Lívia  
156 esclarece que os óbitos maternos é um indicador que está no PMS e em um rol  
157 de indicadores que são acompanhados mensalmente dentro de um  
158 planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde, salientando que  
159 tem interesse em participar da Comissão Perinatal. Ela ainda informa que os  
160 indicadores foram definidos nas Comissões Intergestores Tripartites, com  
161 representatividade de várias instâncias. Lívia esclarece também que os  
162 indicadores do pacto fazem parte dos indicadores do planejamento, que  
163 poderão ser acompanhados pelo Relatório Anual de Gestão, e que são mais  
164 amplos por serem universais, necessitando dessa generalização que muitas  
165 vezes não são palpáveis para quem está na ponta dos serviços de saúde.  
166 Jaqueline Camilo de Sousa informa que em Belo Horizonte há 12 casos  
167 notificados, mas ainda suspeitos de sarampo e que dia 18 de agosto terá um

168 Dia D (Campanha do Sarampo) e trinta e seis unidades (menor taxa de  
169 vacinação) receberam um enfermeiro (a) para conseguir alcançar as metas de  
170 vacinação. Bruno Abreu Gomes, presidente do CMSBH, coloca em votação o  
171 Parecer nº 207 que recomenda a aprovação das Metas do Pacto  
172 Interfederativo, que, em regime de votação, é aprovado por unanimidade.  
173 Passa-se à discussão do Projeto de Lei Passe Livre da Saúde. Bruno convida  
174 para a mesa a Conselheira Local Mônica Maciel Andrade que já participa das  
175 discussões do Passe Livre há um bom tempo. Bruno explica o contexto geral  
176 sobre o Projeto de Lei nº 406/2017, que tramita na Câmara Municipal de Belo  
177 Horizonte, e esclarece que o CMSBH tem a legitimidade para fazer  
178 recomendações à Câmara Municipal para apreciação sobre os Projetos de Lei.  
179 A Conselheira Local do Centro de Saúde Floramar e representante distrital  
180 Norte, Mônica, pontua as altas taxas de absenteísmo dos usuários para as  
181 consultas médicas e conta toda a história desde o início das discussões sobre  
182 o projeto que, nesse momento, ainda não tinha chegado à Câmara Municipal.  
183 Bruno sugere a leitura do Projeto de Lei nº 406/2017, que dispõe sobre o  
184 Passe Livre da Saúde. Simone Veloso faz a leitura do PL. Após a leitura, o  
185 Conselheiro Municipal Willian Sá passa à leitura da Recomendação CMSBH  
186 02/2018, resultante de reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Controle,  
187 Avaliação e Municipalização e de Financiamento de 11/06/2018:  
188 RECOMENDAÇÃO CMSBH 02/2018 Considerando que a Constituição Federal  
189 de 1988, em seu artigo 6º, prevê entre os direitos sociais a saúde e o  
190 transporte e, em seu artigo 198, prevê a "saúde como um direito de todos e  
191 dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem  
192 à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e  
193 igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."  
194 Considerando a Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que em seu  
195 Art.1º define que "o Sistema Único de Saúde (SUS), contará, em cada esfera  
196 de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes  
197 instâncias colegiadas: a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde.";  
198 Considerando a Resolução 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional  
199 de Saúde, que define em sua quinta diretriz, inciso XXVI, a responsabilidade  
200 dos Conselhos de Saúde para "incrementar e aperfeiçoar o relacionamento  
201 sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e

202 Legislativo, meios de comunicação”; Considerando que o Plano Municipal de  
203 Saúde 2018-2021 aprovou a meta de Implantar Passe Livre da Saúde, em  
204 conjunto com outras secretarias municipais, para diminuir absenteísmo a  
205 consultas e exames especializados; Considerando a proposta prioritária  
206 aprovada no Relatório Final da 14ª Conferência Municipal de Saúde para  
207 "ampliar e garantir mecanismos de deslocamento, como vale transporte social  
208 e/ou transporte sanitário e/ou circular saúde, para os usuários de mobilidade  
209 reduzida ou acamados, portadores de doenças crônicas com necessidades  
210 especiais, deficientes, saúde mental, pessoas em situação de rua e idosos para  
211 deslocamento às consultas e tratamentos especializados e exames  
212 complementares, também para os usuários com alta e transferência hospitalar,  
213 incluindo um acompanhante, a partir da avaliação do Centro Regional de  
214 Assistência Social – CRAS e/ou assistente social do centro de saúde ou da  
215 regional, envolvendo a Secretaria Municipal de Políticas Sociais do município.";  
216 Considerando o parecer da reunião conjunta das Câmaras Técnicas de  
217 Controle, Avaliação e Municipalização e de Financiamento de 11 de junho de  
218 2018, aprovado na 265ª Plenária Ordinária em 25 de julho de 2018; O  
219 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte recomenda à Câmara de  
220 Vereadores do Município de Belo Horizonte a aprovação do Projeto de Lei  
221 Projeto de Lei Nº 406/2017 com as seguintes adequações: 1. Garantir o direito  
222 ao Passe Livre Saúde não apenas às pessoas que se deslocam para consultas  
223 médicas em Hospitais, mas também para consultas e exames especializados  
224 em toda a rede secundária e terciária, em serviços próprios e conveniados do  
225 SUS-BH; 2. Excluir as pessoas que já tenham benefício de gratuidade, por  
226 exemplo, no caso de maiores de 65 anos. 3. Que o custo financeiro seja  
227 absorvido pelas próprias empresas do transporte Público Municipal; 4. Que  
228 seja feito um decreto municipal para regulamentar a organização, distribuição e  
229 fiscalização do Projeto de Lei nº406/2017 Passe Livre Saúde; 5. Amadurecer a  
230 discussão sobre os seguintes pontos: qual vai ser o critério para classificar as  
231 pessoas hipossuficientes? É possível garantir Passe Livre Saúde para  
232 acompanhantes não residentes em BH? Belo Horizonte, 25 de julho de 2018. A  
233 Conselheira Municipal Ângela Eulália pontua que o Passe Livre para a Saúde  
234 já foi proposta de outras Conferências Municipais de Saúde, mas que não foi  
235 aprovado pela gestão. Ângela cobra que a Plenária deveria estar cheia, uma

236 vez que o tema é de suma importância. Kléber das Dores de Jesus fala que o  
237 transporte em Belo Horizonte não é público, porque as empresas são privadas.  
238 Ele pondera que devemos convidar outras Secretarias da Prefeitura de Belo  
239 Horizonte para articularmos sobre o Passe Livre porque é um tema que  
240 abrange não só a área da saúde. A Conselheira Municipal Eliane Pereira dos  
241 Santos pontua que o Passe Livre é um tema intersetorial entre Saúde,  
242 Educação e Assistência Social. Ela relembra do vale-transporte social que já  
243 existiu há um tempo, que era destinado a pessoas que não conseguiam pagar  
244 suas passagens para uma consulta. A usuária Rita Torres defende a aprovação  
245 desse projeto de lei que beneficia imensamente os usuários do SUSBH. Maria  
246 das Graças do Nascimento complementa que o item dois da Recomendação  
247 02/2018 já exclui as pessoas que tem gratuidade (mais de sessenta e cinco  
248 anos). Willian de Sá informa que a Regional Norte possui reuniões que  
249 acontecem bastante discussões, ressaltando a intensa participação dos  
250 conselheiros de lá. Bruno Abreu Gomes pondera que só essas recomendações  
251 irão resolver o problema do Projeto de Lei, mas que é importante garantir que o  
252 dinheiro para o passe não seja retirado da própria saúde e que também seja  
253 para os usuários que irão para consultas e exames especializadas em toda a  
254 rede secundária e terciária do SUSBH, em serviços próprios e conveniados.  
255 Maria Aparecida Batista Dantas, presidente da Comissão Local de Saúde São  
256 Cristóvão, coloca que devemos apresentar a origem do dinheiro que custeará  
257 esse Passe Livre. A Conselheira Municipal Ângela Eulália pontua que na  
258 Recomendação 02/2018 já aponta várias formas de melhoramento do PL  
259 406/2017 e a origem do custeio do Passe. A Conselheira Municipal Priscilla  
260 Mourão relembra que há muito tempo os Policiais Civis entravam nos ônibus  
261 assinando uma folha para checagem posterior pela empresa de trânsito e  
262 considerou válida essa ideia para o Passe Livre Saúde. Mônica Maciel  
263 aproveita pra informar que o Prefeito Alexandre Kalil conseguiu abrir a caixa-  
264 preta da BHTRANS. Depois de ampla discussão, Bruno coloca em regime de  
265 votação da Recomendação 02/2018, que foi aprovada por unanimidade pelo  
266 Plenário. Bruno propõe que a pauta Orçamento do Conselho Municipal de  
267 Saúde seja transferido para a próxima reunião Plenária do CMSBH, em  
268 decorrência do horário e pouco tempo restante para discussão. A plenária  
269 acatou a proposição por unanimidade. Bruno Abreu Gomes encerrou a 264ª



270 Plenária Ordinária do CMSBH convidando a todos e todas para cantarem os  
271 parabéns para Maria das Graças do Nascimento. **Estiveram presentes:**  
272 Adriana Martins Maia, Ângela Eulália dos Santos, Bruno Abreu Gomes, Carla  
273 Anunciatta de Carvalho, Danty Dias Marchezane, Françoise Jacqueline  
274 Madeleine Bavay, Jadir Martins, Lêda Mariana Seabra da Rocha, Magda  
275 Fernandes Antunes, Magda Maria Melo de Seixas Salgado, Maria de Lourdes  
276 Santos Medeiros, Maura de Lourdes Canella, Miriam Maria Gonçalves, Silvania  
277 de Souza, Simone Veloso de Faria Carvalho, Tatiane Caetano, Willian de Sá,  
278 Nilza Maria Ferreira, Manoel Marques, Eliane Pereira dos Santos, Maria  
279 Aparecida Rodrigues, Valéria Cruz Nascimento, Ana Emília Oliveira Ahouagi,  
280 Priscila Miranda Mourão, Tarcísio Rodrigues Lemos, Salvador Alves Teixeira,  
281 Ozil de Jesus. **Justificaram:** Adolpho von Rondow Neto, Adriana Simeoni, Ana  
282 Lúcia Moreira, Andreza Conrad Nascimento, Evelina da Silva Soares, Luciana  
283 Gouvêa Viana, Diliansa Márcia de Barros Lisboa, Sandra Maia dos Santos,  
284 Sérgio Hirle de Souza, Romélia Rodrigues de Lima. Às 18h foi encerrada a  
285 reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será  
286 assinada pelo presidente e pela Secretária Geral do Conselho Municipal de  
287 Saúde. Belo Horizonte, 27 de agosto de 2018. GLA.